2.1. Education governance, autonomy and accountability

SP - (18591) - RELACÕES DE (DES)CONTINUIDADE ENTRE PROGRAMAS NACIONAIS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS DESENVOLVIDOS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE O MOBRAL E O BRASIL ALFABETIZADO

Ágata Quissini (Portugal)[1]; Paula Guimarães (Portugal)[1]

1 - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Short Abstract

Este trabalho desenvolve-se no campo da educação e formação de adultos, particularmente no que se refere às políticas públicas de alfabetização de adultos desenvolvidas no Brasil. Parte-se do pressuposto de que o Estado é um dos mais importantes atores no âmbito da política pública (Ball, 2011) e mostra-se protagonista, apesar de inúmeras contradições, quanto à produção de respostas à questão do analfabetismo, frequentemente vinculando-o à adaptabilidade, inserção produtiva e controle social (Lima & Guimarães, 2018). Um processo decisório mais ou menos democrático, a depender da forma como orienta-se politicamente (Höfling, 2001). Nesta perspectiva, este estudo tem como objetivo discutir continuidades e descontinuidades entre dois programas nacionais de alfabetização de adultos, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral (1967-1985) e o Programa Brasil Alfabetizado (a partir de 2003), representativos de períodos históricos nos quais o Estado brasileiro opera a partir de modelos de participação social significativamente distintos (autocrático e democrático). As questões orientadoras para esta investigação são: i) que relações, continuidades e descontinuidades, estão presentes entre o Mobral e o Programa Brasil Alfabetizado?; ii) que referências estes programas expressam em relação aos contextos de influência aos quais estão vinculados?'. Procurou-se sistematizar as respostas a estas questões com base em dois aspectos: estrutura organizacional e finalidades dos programas. Metodologicamente, desenvolveu-se uma investigação qualitativa de caráter documental (Shiroma, Campos & Garcia, 2005; Cellard, 2012; Evangelista, 2012), cujo corpus foi formado a partir de documentos políticos do Mobral e do Programa Brasil Alfabetizado. Os dados foram analisados com base na análise crítica do discurso (Faiclough, 2001). Os resultados apontam para uma maior tendência à continuidade no que se refere às estruturas organizacionais dos programas, especificamente quanto ao tempo de execução, mobilização da sociedade civil e estímulo ao voluntariado. Vê-se, contudo, uma sensível diferença no que se refere às prioridades, uma vez que o Programa Brasil Alfabetizado prioriza o fenômeno em si, conferindo primeira atenção às localidades com índices maiores de analfabetismo. No Mobral, por sua vez, a prioridade está relacionada à produtividade e, por isso, dá-se privilégio às zonas urbanas, onde as pessoas analfabetas podem se integrar mais rapidamente aos meios de produção que caracterizam tal contexto. Os dois programas revelam componentes representacionais que estabelecem ideias de presente e futuro. No caso do Mobral, o futuro é correlato ao desenvolvimento e à produtividade e o presente situa a pessoa analfabeta numa posição de padecimento, desajuste e improdutividade. No Programa Brasil Alfabetizado, presente e futuro estão vinculados, respectivamente, às ideias de desigualdade e igualdade sociais. Os dois programas revelam fortemente o contexto de influência (Ball & Bowe, 1992; Ball, 1994) e a agenda do Estado (Mainardes, Ferreira & Tello, 2011) do tempo histórico em que se desenvolvem: o Mobral mostra acentuadamente a agenda desenvolvimentista da segunda metade do século XX e o Programa Brasil Alfabetizado denota a retomada da agenda social, após o forte período de retração, recessão e aumento da desigualdade vividos na década de 1990.

References

Ball, S. J. & Bowe, R. (1992) Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. *J. Curriculum Studies*. 24, 2, 97-115.

Ball, S. J. (1994). *Educational reform a critical and post-structural approach.* Buckingham: Open University Press.

Ball, S. J. (2011). Intelectuais ou técnicos? O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. In S. J. Ball & J. Mainardes. *Políticas Educacionais*: questões e dilemas (pp. 78-99). São Paulo: Cortez Editora.

Cellard, A. (2012) A pesquisa documental. In J. Poupart, J-P. Deslauriers, L-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer, Á. Pires, *A pesquisa qualitativa*: *enfoques epistemológicos e metodológicos* (295-316). Rio de Janeiro: Vozes.

Evangelista, O. (2012). Apontamentos para o trabalho com documentos de políticas educacionais. In R. M. de L. Araújo & D. S. Rodrigues, *A pesquisa em trabalho, educação e políticas públicas* (pp. 51-72). Campinas: Alínea.

Faiclough. N. (2001). *Discurso e mudança social.* Brasília: Universidade de Brasília.

Höfling, E. de M. (2001). Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Caderno Cedes*. 21 (55), 30-41. Recuperado de https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjpc5YsHq/abstract/?lang=pt. doi: https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003

Lima, L. & Guimarães, P. (2018). Lógicas políticas da educação de adultos em Portugal. *Cadernos de Pesquisa,* 48 (168), p. 600-623. Recuparado de: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/4926. doi: https://doi.org/10.1590/198053144926

Mainardes, J., Ferreira, M. dos S. & Tello, C. (2011). Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico metodológicos. In S. J. Ball & J. Mainardes. *Políticas Educacionais*: *questões e dilemas* (pp. 143-174). São Paulo: Cortez Editora.

Shiroma, E., Campos, R.; Garcia, R. (2005). Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva.* 23 (2), 427-446. Recuperado de https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769. doi: https://doi.org/10.5007/%25x